Senado confirma manobra de Jader

Em Belém, investigações atingem pessoas ligadas ao presidente licenciado do Senado

Simone Romero*
de Belém

O parecer da Secretaria Geral da Mesa do Senado entregue ontem a Jefferson Peres (PDT-AM) confirma: o presidente licenciado do Congresso, Jader Barbalho (PMDB-PA), recebeu, no dia 5 de março, o requerimento do líder da oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE) — que solicitava ao Banco Central os relatórios sobre o desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará) — e somente o encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça no dia 22 de junho, 3 meses e 17 dias após a entrada na Secretaria Geral.

Para Jefferson Peres não há mais dúvidas. Jader abusou de suas prerrogativas e infringiu o Código de Decoro Parlamentar. “É isso que é motivo para pedir abertura de processo”, disse o senador pedetista. “Cabe a Jader dar explicações no Conselho de Ética.”

Em Belém, os depoimentos tomados pelo corregedor do Senado, Roméu Tuma (PFL-SP), na Polícia Fe-

deral do Pará estão ajudando a desvendar, aos poucos, os caminhos da fraude no Banpará. De acordo com as informações prestadas pelo ex-gerente Marcílio Guerreiro, ouvido antontem, a emissão dos cheques administrativos era autorizada, por meio de documento interno, pelo chefe do Departamento Financeiro, Jamil Xaud. O rastreamento feito pelo Banco Central aponta que estes cheques tiveram dois destinos: a conta de Jader Barbalho na agência Jardim Botânico do Banco Itaú, no Rio, e o Instituto Tecnológico de Brasília (ITB), instituição suspeita de servir como fachada.

Pelo menos uma vez, o dinheiro depositado no Itaú foi usado para pagar serviços particulares contratados por Jader. Foi desta conta que saíram os R\$ 800 mil — em valores atuais — utilizados para pagar o arquiteto paraense Aurélio Meira, contratado para fazer as reformas de um apartamento em Belém e da fazenda Rio Branco, pertencentes ao senador. “Não sabemos, no entanto, se a conta era abas-

tecida por outros recursos além dos cheques administrativos”, diz Tuma.

Segundo o corregedor do Senado, é impossível, até o momento, provar a participação de Jader nos desvios, mas existem fortes indícios de envolvimento de pessoas próximas ao senador. Uma delas é o advogado do PMDB no Pará, Hamilton Guedes.

Na época dos desvios, Guedes era diretor de Administração e Finanças do Banpará. Diretoria a qual estava subordinado Jamil Xaud. Os levantamentos feitos pelo BC indicam que Guedes recebeu recursos da conta do Jardim Botânico. O ex-diretor do banco também aparece como um dos beneficiados com dinheiro dos cheques administrativos destinados ao ITB.

Os pagamentos ao ITB são outra forma identificada de desvio no Banpará. Na época, o banco contratou o instituto, sem licitação, para realizar serviços de consultoria necessários para a obtenção de um empréstimo externo no valor de US\$ 20 milhões.

Ontem, Tuma ouviu o depoimento

do ex-presidente do Banpará, Néelson Ribeiro, que chegou ao prédio da Polícia Federal acompanhado do filho, o secretário de Direito Econômico, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro. O ex-presidente disse que as operações eram realizadas sem conhecimento da Presidência. Tuma ouvirá nos próximos dias o secretário particular e segundo suplente de Jader Barbalho, Fernando Ribeiro. Negocia-se, ainda, o depoimento de Jamil Xaud. Doente, ele tem dificuldades para se locomover. Hamilton Guedes já informou que não pretende comparecer à PF.

Além do cargo no Banpará, Xaud foi diretor financeiro do “Diário do Pará” — jornal da família do senador — e diretor financeiro da campanha de Jader ao governo do Pará, em 1998. Hamilton Guedes é amigo de infância e, depois de passar pelo Banpará, foi eleito, com o apoio de Jader, deputado estadual pelo PMDB. Entre os anos de 1991 e 94 foi assessor especial do então governador.

(com agência O Globo)